

REPENSANDO A INFÂNCIA: UMA REVISÃO CONCEITUAL HISTÓRICO-FILOSÓFICA.

Emilene Leite de Sousa¹, Simone Maldonado²

¹ Mestranda em Sociologia pelo PPGS/UFPB/UFCG. Bolsista do CNPq.
Rua João Suassuna, 1628, 1º Andar, Bairro Monte Santo. Campina Grande, Paraíba.
CEP: 58101-551. E-mail: emilenesousa@ig.com.br

² Orientadora. PPGS/UFPB/UFCG e IESP.
Rua Vigolvinho Florentino Costa, 643, Edifício Bernadete Tavares II, aptº 205.
Bairro Manaíra, João Pessoa, Paraíba. CEP: 58030-000.

Resumo:

Palavras-chave: Infância – Crianças

Área do Conhecimento: VII – Ciências Humanas

Uma reflexão sobre os estudos da infância.

Em se tratando de Antropologia, há grande carência de estudos que se dediquem à criança e, conseqüentemente, à compreensão da noção de infância.

Embora encontremos nas monografias clássicas da Antropologia – sobre o estudo das sociedades “primitivas” – referências à infância e a criança, estas só se fazem presentes por servirem como referencial para a compreensão da constituição do indivíduo, adulto, nestas sociedades.

Ainda assim, com um pouco de atenção, facilmente percebemos que o foco destes estudos está na socialização, no ensino, na apreensão cultural e numa série de outros elementos que nos permitem compreender a criança como um pré-adulto ou ser em formação e nunca enquanto “ser social completo.” (Caniello, 1986:5)

Além disso, enquanto objeto de estudo, a infância é sempre um Outro em relação àquele que a estuda. Ela não fala, e por não falar, nunca ocupa a primeira pessoa nos discursos que se ocupam dela. Jamais assume o lugar de sujeito no discurso, e é sempre definida de fora.

Mesmo quando a criança aparece como centro de análise de estudos antropológicos,

“este ‘objeto’ permanece carente de uma referência existencial própria, uma vez que

continua sendo identificada pelo que não é ou pelo que virá a ser: ao invés de apreenderem como a criança vivencia o processo de socialização, preocupam-se em perceber a inserção das primeiras no segundo, como se os processos é que vivessem nas pessoas”. (Caniello, 1986:6)

Esta carência de estudos não pode ser denunciada na Psicologia uma das ciências responsáveis pela maior quantidade de estudos e interpretações da infância e da criança. Todavia, esta ciência peca por não conceder à criança um papel central em seus estudos, uma vez que ela é sempre analisada a partir da representação que dela fazem os adultos, os pais, os psicólogos.

Apesar disso, construirei neste estudo uma ponte teórica com a Psicologia, visto que não encontro em nenhuma outra ciência reflexões tão instigantes sobre a infância.

Sobre a infância: uma revisão conceitual histórico-filosófica.

“Essa criança acabou. (...) É preciso fazer outra.”

Maria Velho da Costa (1973)

Os tempos contemporâneos sofrem profundas transformações e são estas transformações que os caracterizam. Assim como ocorrem transformações significativas na estruturação do espaço-tempo das vidas quotidianas, na estrutura familiar, na escola e no espaço público em geral, as idéias e

representações sociais sobre a criança também se renovam.

Enquanto se fala muito comumente em “morte da infância”, como se esta fase do ciclo de vida estivesse simplesmente desaparecendo, na verdade, é com a pluralização dos modos de ser criança que nos deparamos, ou noutros termos, com a heterogeneização da infância enquanto categoria social geracional e com a atuação das crianças em novos papéis sociais.

A preocupação fundamental aqui é de tentar descobrir qual é o lugar da criança nesta sociedade que decreta, a todo momento, o fim da infância. Esta procura geográfica do lugar que a contemporaneidade reservou para a criança consiste, de fato, na procura da compreensão da própria sociedade.

Sabe-se desde sempre, que as crianças transportam consigo o peso da sociedade que lhes é legado pelos adultos, embora façam-no a todo instante incorporando a estas normas e regras a renovação.

Penso que o lugar da infância na sociedade pode ser um “entre-lugar” (Bhabha:2001), isto é, o espaço intersticial entre dois modos: aquilo que lhe é imputado pelos adultos e aquilo que as crianças reinventam em seu próprio mundo. E não estariam, então, entre dois tempos, presente e futuro?

Aquilo que os adultos lhes confiam diz respeito ao que será delas no futuro. Em que tipo de cidadão se transformarão graças ao que lhes fora ensinado durante a infância (passado?) E o presente é esta constante construção pela ação coletiva delas mesmas que ocupam um lugar socialmente construído que aqui denomino de “entre-lugar”.

Ao longo do tempo a infância tem sido analisada por uma série de pensadores, entre eles destaque Descartes, Rousseau, Santo Agostinho e Nabokov. Estes pensadores preocupavam-se, essencialmente, com uma definição de infância que tratasse da “natureza da criança”, boa ou má, de modo que os saberes sobre a infância desenvolvessem-se em torno dessas duas idéias fundamentais.

Com o historicismo de Collodi e Ariès, essas concepções de infância mudaram, a preocupação passou a ser com uma

definição de infância pela sociedade e pela história.

As questões abordadas sobre a infância e os seus direitos, dividiam esses pensadores em duas concepções antagônicas: de um lado, um grupo que vê a infância como um período prolongado caracterizado pela inocência; do outro lado, um grupo que defende a idéia de que a infância tem uma série de características, mas nunca inocência e bondade como essenciais.

O primeiro grupo pode ser representado por Rousseau que rompe com as concepções de infância de Santo Agostinho e Descartes. Para Santo Agostinho, por não possuir a linguagem (“infante”: o que não fala, que não possui *logos*) a criança estava inserida no pecado, era desprovida de razão, este que é o aspecto soberano da condição divina em nós, adultos.

Quanto a Descartes, este concebia a criança como alguém que vive uma época do predomínio da imaginação, dos sentidos e sensações sobre a razão; uma época de aceitação acrítica das tradições, hábitos e costumes. Este período conduziria-nos mais tarde, quando adultos, à dificuldade no uso da razão e ao erro. Tanto para Santo Agostinho como para Descartes, quando mais cedo saíssemos da condição de criança, melhor.

Em contrapartida a estes autores, Rousseau admite o erro, a mentira e a corrupção como sendo fruto da incapacidade de julgar de quem não pode mais beneficiar-se, nos seus julgamentos, do “crivo de um coração sincero” e puro, próprio da condição infantil, o protótipo da condição de “bom selvagem.”

A infância que era concebida, pois, como inimiga da filosofia, logo da verdade e do bem, seria, conforme Rousseau a própria condição para a filosofia pois nela há inocência e pureza necessárias para o acolhimento da verdade e para a participação no que é moralmente correto.

Rousseau define a infância como “o lugar ou momento do desenvolvimento humano, em que se pode identificar o ser humano no seu modo de ser mais natural.” (Rousseau,1995).

Para Rousseau o “homem natural” é o homem que se faz desde o seu nascimento

até a adolescência, quando passa a adquirir as qualidades que o permitem inserir-se na coletividade dos homens abrindo espaço para a construção de sua cidadania.

Pensar a infância do ser em Rousseau, é pensar no momento em que ele pode se formar enquanto homem natural. É este homem natural que identificamos na infância que se estende dos primeiros momentos de vida até os seus 15 anos, quando começa a sua adolescência, antecedendo o cidadão, que somente podemos identificar no homem, quando ele atinge a sua fase adulta.

É preciso conhecer este homem natural que existe na infância. É necessário, segundo Rousseau, educar o homem desde a primeira infância, para que lhe seja garantida a preservação de todas as suas inclinações naturais, que podem ser corroidas pelo meio social.

Assim, Rousseau define a criança dizendo que ela não é um adulto em miniatura, mas um ser com características próprias, isto é, “um homem ainda em sua infância”, momento em que há uma desproporção entre suas forças e os seus desejos ou necessidades.

O segundo grupo tem como um de seus principais expoentes Nabokov, o autor do célebre “Lolita.” Para Nabokov a infância era uma idéia que vinha do Velho Mundo, e que na modernidade não passava de uma grande piada. (Ghiraldelli, 2001)

Demonstra a partir de sua obra o destemor das meninas do Velho Mundo das experiências sexuais ou práticas de pedofilia. Nada haveria de inocente, puro ou bondoso na infância desenhada por Nabokov.

As concepções clássicas como a de Collodi (autor de Pinóquio) e Ariès pensam a infância como um dado natural. Ela não seria inocente, mas nem por isso não cumpriria o destino posto pela sua natureza.

As novas concepções dos ocidentais sobre as coisas do mundo, considerando-as menos como elementos dados, imutáveis ou “naturais” mas com situações e elementos historicamente construídos, exerceram uma mudança na forma de conceber a infância.

Nos séculos XIX e XX já se falava no Ocidente sobre o que fazer com as crianças (agora sob um novo viés) em favor da comodidade dos adultos e da comunidade. No início do século XIX a infância já aparece

como algo obtido por construção, inclusive uma construção que a entrelaça com a cidade e com a escola. (Ghiraldelli, 2001)

Em “As Aventuras de Pinóquio” (1992) Collodi demonstra a condição para que o boneco de pau, construído por Gepeto, se transforme em “menino de verdade”. A condição era de que Pinóquio se comportasse como criança de carne e osso e isso significava, necessariamente, ter de ir para a escola, na cidade.

Entretanto, o caminho que conduziria Pinóquio à formação de um bom menino, bem comportado, para que assim a Fada Azul o transformasse em “menino de verdade”, trazia em si desvios que poderiam levá-lo a um destino diferente. A cidade e a escola eram compreendidas como o lugar onde a infância deveria acontecer, e assim transformariam Pinóquio em cidadão.

Todavia, no caminho um contratempo ocorreu. Pinóquio encontrou a raposa e o gato que, embora morassem na cidade, não eram cidadãos. Eles desviaram o boneco de pau do seu caminho, e a cidade, que junto à escola daria à Pinóquio a boa formação, trouxe com ela também as outras possibilidades, inclusive a da não-vivência da infância.

No final do conto a Fada Azul transformou Pinóquio em menino, pois ela e seu pai, Gepeto, consideraram que ele se comportou devidamente, desviando-se do mal e voltando para o caminho da escola na cidade. Assim, uma vez menino, terá Pinóquio vivenciado, de fato, a infância? Conforme vimos com a obra de Collodi, a partir do século XX a infância é recortada de modo menos rígido, pois é vista como algo dependente da construção histórica. Assim ela ressurge como algo para cuja constituição concorrem várias forças culturais contigentes.

Percebe-se logo que a infância de cada criança não é algo de todo natural e a própria idéia de “infância natural” é algo historicamente criado.

Assim como Collodi, Philippe Ariès fala da “descoberta da infância”, embora com essa expressão obscureça a idéia da “invenção da infância”.

Isso nos faz pensar ainda na infância como uma fase natural dos seres humanos, nunca antes percebida, mas que em certo

momento se tornara perceptível para intelectuais.

Ariès trata a noção de infância como algo que vai sendo construído, criado a partir de novas formas de falar e sentir dos adultos em relação ao que fazem com as crianças. São as forças culturais completamente contingentes que forjam a infância.

Em sua historiografia da infância, Ariès afirma que a descoberta da infância começou no século XIII. Até então “este era um período de transição logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida”. Portanto, apesar de ter existido sempre crianças, compreendidas como seres biológicos de geração jovem, nem sempre houve infância, categoria social inventada pela modernidade. (Ariès, 1986)

A partir dos séculos XV e XVI, a infância, através da iconografia, passou a ser representada como a idade dos brinquedos e das brincadeiras. Assim, o termo infância tem sido imediatamente associado a fase dos jogos e brincadeiras, sendo pois, a ocupação por brincadeira, concebida como condição para viver a infância, período de desenvolvimento do lúdico e da criatividade.

Com base em Ariès, não podemos esquecer que a visão que temos de infância é um conceito que surgiu na sociedade moderna, e foi construído historicamente.

Freitas e Kuhlmann Jr. definem a infância como:

“a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa fase da vida. A história da infância seria então a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com essa classe de idade e a história da criança seria a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e a sociedade”. (Freitas e Kuhlmann Jr., 2002:7)

Considero que o mais importante é que a prática da infância não deve ser pensada a partir de uma verdade teórica que nos pretenda dizer “o que é infância.” Não há uma verdadeira definição de infância. O significado de ser criança varia muito de um lugar para outro. Por isso, acredito que a infância é uma categoria que só está em vigor no espaço social em que é estabelecida, negociada, desestabilizada, reconstruída, e claro, legitimada.

Penso até que a invenção de uma definição fechada de infância mataria a vivência da mesma, pois, qualquer tentativa de invenção de uma definição deste tipo, corre o risco de excluir crianças deste ciclo de vida.

Acredito que o apelo do lúdico é uma das marcas da condição infantil. Assim, as ações infantis, sejam elas de que natureza forem, e sempre que às crianças é dada essa chance, são formatadas ludicamente. Logo, as crianças camponesas trabalham e brincam ao mesmo tempo, esta é a sua característica cultural específica.

Se encontrássemos uma determinada sociedade onde os valores fossem contrários aos nossos, isto é, a infância fosse concebida como o momento de se preparar para o trabalho, portanto trabalhando e socializando-se, não excluiríamos deste ciclo de vida todas as crianças que apenas vivenciassem o lúdico? É como se não nos déssemos conta de que as culturas da infância são também objetos de pluralização e de diferenciação.

Propor uma definição do tipo fechada, que se deseje universal, é arriscado, sob pena de cairmos no etnocentrismo e julgarmos a prática diversificada da infância a partir de uma definição inventada pelo Ocidente para ocupar nossas crianças - com jogos, brinquedos e brincadeiras - e para a comodidade dos adultos.

Encontramos um bom exemplo das diversas formas que a prática da infância adquire na obra “O Pequeno Príncipe” (1945) consagrada da literatura universal. Este livro traz, justamente, a mensagem da infância. Seu autor, Antoine de Saint-Exupéry, mergulha no próprio inconsciente e reencontra “a criança que existe em cada um de nós”. No mundo dos adultos, o Pequeno Príncipe teve de assumir diversos papéis, agindo como “um homem sério ou como um vaidoso, um dominador, um bêbado, um sábio, um trabalhador sem direito a um minuto de descanso...” No seu minúsculo planeta (Asteróide B-612), tudo o que existia estava sob sua responsabilidade: os vulcões e a rosa. E a sua infância era vivida com muita disciplina. Terá por isso sofrido, este Pequeno Príncipe, da não-vivência da infância?

Pensando na infância como fase por excelência da descoberta e vivência do lúdico, Lodoño (apud Del Priori, 1996) afirma que “colaborando na construção do direito de tais crianças à infância, alguns autores estão sempre a perguntar ou a denunciar a suposta ausência do espaço para o riso e a brincadeira.” (Del Priori, 1996:7)

Logo, existe dentro da infância global, generalizada, várias infâncias.

Segundo Ghiraldelli (2001), o mérito da teoria pós-moderna é nada dizer sobre a criança. Ela não tem uma concepção de infância. A concepção de infância que conhecemos é moderna, pois a pós-modernidade não deseja inventar uma noção e advoga que estaremos melhor sem ela.

A tarefa do pesquisador ou teórico, não é a do “Medidor de Crianças” (Costa:1973). Afinal, se assim o fosse, a partir de que critérios exatamente definiríamos as nossas crianças? Pela não-vivência de qualquer forma de trabalho?

A sociedade deve reservar para as crianças um espaço, um direito de vivência da infância, sem para tanto perguntar aos seus sábios locais e estrangeiros (o teórico, o pesquisador) o que é verdadeira e objetivamente a infância.

Bbliografia.

ARIÈS, P. **História social da Criança e da Família**. 2ª edição. RJ: Guanabara, 1986.

CANIELLO, M. **A criança e o brinquedo: uma interpretação antropológica da identidade cultural infantil**. Pré-Projeto de Pesquisa apresentado à Disciplina “Pesquisa Antropológica I” do Curso de Especialização em Antropologia da PUC/MG, 1986.

CERIZARA, B. **Rousseau: a educação na infância**. Série Pensamento e Ação no Magistério. SP: Editora Scipione, 1990.

CHATEAU, J. **O jogo e a criança**. SP: Summus, 1987.

COLLODI, C. **As aventuras de Pinóquio**. SP: Edições Paulinas, 1992.

COSTA, M. V. **O lugar comum**. Desescrita: 1973.

ELKIN, F. **A Criança e a Sociedade: o processo de socialização**. RJ: Editora Bloch, 1986.

ERIKSON, E. H. **Infância e sociedade**. 2ª edição. RJ: Zahar Editora, 1976.

FREITAS, M. C. (Org.) **História Social da Infância no Brasil**. RJ: Cortez Editora, 1999.

FREITAS, M. C. e KUHLMANN JR., M. **Os intelectuais na história da infância**. SP: Cortez, 2002.

FREYRE, G. “O Pai e o Filho.” In: **Sobrados e Mocambos**. 11ª edição. RJ: Record, 2000.

FURTH, H. G. **Piaget e o conhecimento: fundamentos teóricos**. RJ: Forense Universitária, 1974.

_____. **Conhecimento como desejo, um ensaio sobre Freud e Piaget**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GARCIA JR., A. R. **O Sul: caminho do roçado: estratégias reprodução camponesa e transformação social**. SP: Marco Zero, 1989.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. RJ: Editora Aplicada, 1989.

GHIRALDELLI, Jr., P. “As concepções de infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas”. **Revista do Centro de Educação**. V.26, n.º 02, 2001.

KISHIMOTO, T. M. (Org.) **O brincar e suas teorias**. SP: Pioneira, 2002.

KRAMER, S. & LEITE, M. I. (Orgs.) **Infância: fios e desafios da pesquisa**. 3ª edição. Série Prática Pedagógica. Campinas: Papyrus, 1996.

LEBOVICI, S. e DIATKINE, R. **Significado e função do brinquedo na criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

NABOKOV, V. **Lolita**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PRIORE, M. (org.) **História da Criança no Brasil**. Coleção Caminhos da História. 4ª edição. SP: Contexto, 1996.

PRIORE, M. (org.) **História das Crianças no Brasil**. SP: Contexto, 1999.

RAMOS, G. **Infância**. RJ: Record, s/d.

ROSA, S. S. da. **Brincar, conhecer, ensinar**. SP: Cortez, 1998.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da educação**. 3ª ed. RJ: Bertrand Brasil, 1995.

SAINT-EXUPÉRY, A. **The Little Prince**. London: Pan Books Ltd, 1974.

SARTI, C. A. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. SP: Autores Associados, 1996.

SEGALIN, M. **Sociologia da Família**. Lisboa: Terramar, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. SP: Martins Fontes, 1984.



VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. 2ª edição. SP: Martins Fontes, 1989.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. RJ: Imago, 1975.

